

A conta sobrou para 1 milhão de brasileiros

Os assalariados de classe média pagarão mais Imposto de Renda para aumentar a receita do governo. É o que se deduz das declarações de Bresser Pereira sobre o resultado das reuniões de sua equipe econômica, segunda-feira à noite, e do próprio ministro com o presidente Sarney, ontem.

A taxação adicional de todas as empresas caiu (veja página 9). Os pequenos assalariados com mais de um emprego terão uma isenção maior. A extinção de cerca de 20 empresas estatais, autarquias e departamentos, e a contenção dos aumentos salariais dessas empresas, juntamente com o corte de incentivos fiscais, serão decisões de exclusiva responsabilidade do presidente Sarney. Esses cortes nos gastos públicos serão decididos pelo presidente após contatos políticos, iniciados ontem.

Sobram para pagar a conta um milhão de brasileiros assalariados. O raciocínio do ministro é este: “Estas medidas aumentam a carga tributária e são uma reforma fortemente social. Teremos uma distribuição de renda muito mais justa graças a ela. Temos cerca de cinco milhões de contribuintes do Imposto de Renda. Quatro milhões deles geralmente têm imposto a restituir. Essas pessoas pagarão cerca de 7% a menos de imposto a partir do próximo ano. O outro milhão que tem imposto a pagar é que, devido à correção monetária e ao fato de que terão incluído os seus rendimentos de capital no progressivo, vão pagar mais imposto, gerando um aumento da carga tributária. É um imposto que cai sobre os mais ricos. Estamos realmente fazendo justiça social”.

Decisões

O prazo para o presidente Sarney fazer o balanço político e ver onde pode mexer na máquina estatal dura até sexta-feira. Segundo o ministro da Fazenda, o presidente poderá consultá-lo hoje para maiores esclarecimentos, tendo prometido uma definição até amanhã, ficando a sexta-feira como prazo de reserva. “Há coisas que podem ser modificadas ou aperfeiçoadas”, disse o ministro.

Em qualquer caso, Bresser deu a entender que a responsabilidade do que venha a acontecer com o pacote é do presidente Sarney: “Todas as decisões são do presidente. O Ministério da Fazenda leva as decisões, mas quem assina os decretos é o presidente. Hoje (ontem) de manhã alguém comentou na reunião que certa medida era um pouco tímida e o presidente disse: é porque não é você que vai assinar. O presidente sabe qual é a sua responsabilidade, ele tem de assumir as decisões com a prudência necessária”.

A prudência do presidente é para não se indispor politicamente, evitando também maiores pressões da sociedade, já tão exacerbadas? Para Bresser, a sociedade vive de pressões e o governo será capaz de enfrentá-las. Mas quanto aos meios políticos e ao enxugamento da máquina administrativa ele fala um pouco mais: “É possível demitir funcionários. Há idéia destas demissões no pacote. Nas empresas que forem extintas, se forem, os funcionários deverão ser demitidos e indenizados. Agora, como já disse muitas vezes, isto é marginal. Para reduzir despesas mesmo, você precisa cortar despesas muito necessárias, mas que infelizmente têm de ser cortadas. Ai, o importante é que haja uma consciência muito maior da sociedade de que é preciso fazer isso. O que acho absurdo é querer resolver um problema que é muito difícil de maneira fácil: corta uns funcionários que está tudo resolvido. Isto é falso”. Ou seja, Bresser considera a possibilidade de corte de funcionários muito pequena.

O ministro procurou esclarecer duas das alterações feitas nas idéias originais do pacote fiscal. Sobre a taxação adicional das empresas disse: “Este imposto adicional, que depois seria eliminado desde que as empresas comprovassem investimentos em ativos fixos, era uma idéia muito complicada. Em função de várias observações que nos foram feitas chegamos à conclusão de que não valeria a pena fazê-lo”. E sobre o aumento de imposto a pagar de quem tem dois empregos afirmou: “Resolvemos que para a declaração de rendimentos adicional (onde a pessoa tem duas fontes de salário) a isenção será maior. E ao invés de uma pequena isenção, se fará uma três vezes maior. Assim, aquele famoso caso do professor com dois empregos se resolve”.

Resposta aos Empresários

A inesperada vinda do ministro da Fazenda a São Paulo, ontem à tarde, serviu para responder aos empresários paulistas as críticas formuladas à gestão na economia. Ele chegou uma hora atrasado ao encerramento de um esvaziado fórum “Como Planejar 88”, ao qual faltara na cerimônia de abertura, na segunda-feira cedo.

Sobre a acusação de falta de transparência do pacote fiscal, disse que a discussão sobre os principais temas vêm ocorrendo há meses. Diante das afirmações de que o governo é irresponsável por pretender enfiar goela abaixo um novo pacote através de decreto-lei, não disse nada. Mas declarou que a redução do déficit público através do corte de despesas públicas é um esforço irrealista, dando a entender que não adianta cobrar atos concretos para efetivação da contenção dos gastos.

O ministro entende que aos invés de se preocuparem com a destinação dos gastos públicos, os empresários deveriam participar mais da discussão democrática do orçamento, conforme ele diz que ocorreu no de 1988. “O que falta aos empresários e à sociedade é discutirem mais adequadamente o orçamento, conjuntamente com o governo.”